



**MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA**

**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2004
PROCESSO Nº 72000.000422/2003-47**

**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 029/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO DO
TURISMO, E A EMPRESA CTIS
TECNOLOGIA LTDA., PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor de Gestão Interna, o Senhor **RUBENS PORTUGAL BACELLAR**, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade nº 558.890, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.710.639-68, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência subdelegada pela Portaria nº 183, de 23 de setembro de 2008, publicada no DOU do dia subsequente, e de outro lado, a empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN/Setor Comercial Norte, Qd. 04, Bloco "B", nº 100, salas 201, 204, 401, 403 e 804, Ed. Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP: 70714-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador do Documento de Identidade nº 356.831 expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 102.252.262-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 029/2004**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72000.000422/2003-47, referente à Concorrência nº 002/2004, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar, em caráter excepcional e temporário, o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 029/2004, que tem por objeto a *"prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI), complementares às atividades do MTur, nas áreas de: a) Desenvolvimento de Aplicativos, utilizando ponto de função; b) Consultoria; e c) Manutenção de Ambientes; conforme previsto na Cláusula Oitava - Da Vigência, do referido Instrumento"*, conforme previsto na Cláusula Oitava - Da Vigência do referido Instrumento.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 029/2004 terá vigência por mais 12 (doze) meses ou até a conclusão do Processo Licitatório nº 72031.001661/2009-42 do MTur, o que ocorrer primeiro, a contar de 01.12.2009, perfazendo um total máximo de 72 (setenta e dois) meses, com fundamento no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Contrato Administrativo nº 029/2004 fica rescindido, nos termos do inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93 atualizada, após o término do prazo de vigência previsto no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Para cobrir despesas durante o prazo consignado no *caput* da Cláusula Segunda, fica estimado o valor global de R\$ 4.968.727,11 (quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e onze centavos), sendo R\$ 414.060,60 (quatrocentos e quatorze mil, sessenta reais e sessenta centavos) para o exercício de 2009, e o restante para o exercício subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do Contrato Administrativo nº 29/2004, em decorrência do presente aditamento, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada ao **CONTRATANTE** no exercício de 2009, no Programa de Trabalho: 23.122.1166.2272.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte 0100, mediante emissão de Nota de Empenho para menção do Crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas referentes ao exercício subsequente correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para a mesma atividade no respectivo exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato e de seus Termos Aditivos naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 atualizada.





CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 30 de novembro de 2009.




RUBENS PORTUGAL BACELLAR
P/ CONTRATANTE




AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS



Nome: ANTONIO ROBERTO DE LIMA TELLES
RG: 810.921.420-00
CPF: 810.921.420-00
CGI: 94767127408787 SSP/GO



Nome: ANTONIO MARCELO RIBEIRO DE ABREU
RG: 1333240 SSP/DF
CPF: 602.833.861-34

